

Diário do Legislativo de 13/08/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB) e Deputada Ana Maria Resende (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Agostinho Patrús Filho

Vice-Líder:

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Jayro Lessa

Vice-Líder: Deputada Maria Lúcia Mendonça

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Adalclever Lopes

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Almir Paraca

Vice-Líder: Deputada Elisa Costa

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres

Vice-Líderes: Deputado Gil Pereira (PP) e Deputado Paulo Cesar (PDT)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente

Magalhães

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Padre PT
João

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado BSD
Sebastião Costa

Deputado Delvito DEM
Alves

Deputado Neider PP
Moreira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo Valadares DEM

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Délio Malheiros PV

Deputado Sebastião Helvécio PDT

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BSD Presidente

Deputado Dimas Fabiano PP Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro BSD

Deputada Maria Lúcia Mendonça DEM

Deputada Rosângela Reis PV

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros PV Presidente

Deputado Carlos Pimenta PDT Vice-Presidente

Deputado Célio BSD

Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Vanderley PP
Jangrossi

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander BSD
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Agostinho PV
Patrús Filho

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Lafayette de
Andrada

Deputado PV Vice-Presidente
Agostinho Patrús
Filho

Deputada Gláucia BSD
Brandão

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado PP
Vanderlei
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Hely PV Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Ruy DEM
Muniz

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente
Sargento Rodrigues

Deputado Paulo PDT Vice-Presidente
Cesar

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

Deputado DEM
Leonardo Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PV Presidente
Rosângela Reis

Deputada Elisa PT Vice-Presidente
Costa

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Chico Uejo BSD

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 13/8/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.512, que disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio por Produtividade no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.598/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido ao setor de fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção civil, nos termos do art. 225, da Lei nº 6.763, de 26/12/75.

Prosseguimento da discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.267/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Pedro da União o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 224/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre a devolução do valor da matrícula nos estabelecimentos de ensino superior nas situações que especifica. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 342/2007, do Deputado Doutor Viana, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso de pessoa portadora de deficiência física ou visual ou com mobilidade reduzida a espaço público no Estado. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 429/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que disciplina o funcionamento de estabelecimentos comerciais de desmonte de veículos automotores e dá outras providências. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.233/2007, do Deputado Jayro Lessa, que disciplina a inclusão dos dados referenciais e cadastrais das operadoras de cartões de crédito nos meios que menciona e dá outras providências. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.268/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bambuí o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.299/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.300/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Engenheiro Navarro o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 116/2007, do Deputado André Quintão, que dispõe sobre a contratação de consórcios públicos no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 601/2007, do Deputado Célio Moreira, que acrescenta dispositivo à Lei nº 15.778, de 26/10/2005, que torna obrigatório equipar com aparelho desfibrilador cardíaco os locais, veículos e estabelecimentos que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.451/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de

Teófilo Otôni imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.452/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Medina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.453/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araxá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.454/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vargem Grande do Rio Pardo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h15min DO DIA 13/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir o orçamento deste ano para a área da saúde no Estado de Minas Gerais e a aplicação da Emenda à Constituição Federal nº 29.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 13/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 13/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 2.050/2008, do Governador do Estado; 2.298/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.394/2008, do Governador do Estado; 593/2007, dos Deputados Weliton Prado e Vanderlei Jangrossi; 373/2007, do Deputado Paulo Cesar; 1.596/2007, do Deputado Antônio Júlio; 1.888/2007 e 2.164/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.673/2008, da Comissão de Constituição e Justiça; 2.715 e 2.716/2008, do Deputado Bráulio Braz; 2.719/2008, da Comissão de Direitos Humanos; 2.724/2008, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 13/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.764/2007, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.729/2008, do Deputado Almir Paraca; 2.737, 2.738, 2.739 e 2.740/2008, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; e 2.758/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 13/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 13/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 959/2007, do Deputado André Quintão; 1.460/2007, do Deputado Wander Borges; 2.398/2008, do Deputado Luiz Tadeu Leite; 2.411/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 2.413/2008, do Deputado Antônio Júlio; 2.420/2008, do Deputado Zezé Perrella ; 2.443/2008, da Deputada Gláucia Brandão; 2.446/2008, do Deputado Mauri Torres; 2.459/2008, do Deputado Délio Malheiros; 2.460/2008, do Deputado Carlos Mosconi; 2.461/2008, do Deputado Paulo Guedes; 2.465/2008, do Deputado Roberto Carvalho; 2.466/2008, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.487/2008, do Deputado Vanderlei Miranda; 2.498/2008, do Deputado Sebastião Costa; 2.500/2008, do Deputado Wander Borges; 2.504, 2.506, 2.507, 2.508, 2.514/2008, do Deputado Paulo Guedes; 2.523/2008, do Deputado Carlos Pimenta; 2.527/2008, do Deputado Rômulo Veneroso; 2.530/2008, do Deputado Eros Biondini; 2.532/2008, do Deputado André Quintão; 2.540/2008, do Deputado Paulo Guedes.

Requerimentos nºs 2.761 e 2.762/2008, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 13/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.746/2008, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 13/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de e proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.744/2008, do Deputado Doutor Viana; e 2.750/2008, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 13/8/2008, destinadas, a primeira, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.512, que disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio por Produtividade no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências; do Projeto de Resolução nº 2.598/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido ao setor de fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção civil, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75; e dos Projetos de Lei nºs 116/2007, do Deputado André Quintão, que dispõe sobre a contratação de consórcios públicos no Estado e dá outras providências; 224/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre a devolução do valor da matrícula nos estabelecimentos de ensino superior nas situações que especifica; 429/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que disciplina o funcionamento de estabelecimentos comerciais de desmonte de veículos automotores e dá outras providências; 601/2007, do Deputado Célio Moreira, que acrescenta dispositivo à Lei nº 15.778, de 26/10/2005, que torna obrigatório equipar com aparelho desfibrilador cardíaco os locais, veículos e estabelecimentos que menciona; 1.233/2007, do Deputado Jayro Lessa, que disciplina a inclusão dos dados referenciais e cadastrais das operadoras de cartões de crédito nos meios que menciona e dá outras providências; 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica; 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica; 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica; 2.267/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Pedro da União o imóvel que especifica; 2.268/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bambuí o imóvel que especifica; 2.299/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica; 2.300/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Engenheiro Navarro o imóvel que especifica; 2.451/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Ottoni o imóvel que especifica; 2.452/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Medina o imóvel que especifica; 2.453/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araxá o imóvel que especifica; e 2.454/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vargem Grande do Rio Pardo o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação da matéria constante da pauta da primeira, acrescida do Projeto de Lei nº 342/2007, do Deputado Doutor Viana, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso de pessoa portadora de deficiência física ou visual ou com mobilidade reduzida a espaço público do Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 12 de agosto de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 18.515

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Domingos Sávio, Adalclever Lopes, Délio Malheiros, Lafayette de Andrada e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/8/2008, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2008.

Domingos Sávio, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Cesar, Adalclever Lopes, Délio Malheiros e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/8/2008, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.260/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, de votar os Requerimentos nºs 2.751/2008, do Deputado Zezé Perrella, 2.755 e 2.765/2008, da Comissão de Direitos Humanos, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2008.

Sargento Rodrigues, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer sobre o veto PARCIAL à proposição de lei Nº 18.512

Comissão Especial

Relatório

O Governador do Estado, no uso da atribuição que lhe é conferida no art. 90, VIII, combinado com o art. 70, II, da Constituição do Estado, opôs veto parcial à proposição de lei em epígrafe, que disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio por Produtividade no âmbito do Poder

Executivo e dá outras providências.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 242/2008, publicada no "Diário do Legislativo" de 4/7/2008.

Constituída esta Comissão, nos termos do art. 222, combinado com o art. 111, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno, compete-nos examinar o veto e sobre ele emitir parecer.

Fundamentação

O Governador do Estado decidiu vetar o inciso II do § 2º do art. 24 da proposição de lei em epígrafe sob a alegação de que o referido dispositivo não está em harmonia com a intenção da lei no que se refere ao cálculo do Prêmio por Produtividade dos servidores do Poder Executivo.

A proposição em comento disciplina duas formas de concessão do referido prêmio: uma a ser calculada com base em percentual da Receita Corrente Líquida, e outra com base na ampliação real da receita.

O art. 24 da proposição, ao dispor sobre a fórmula de cálculo do prêmio, prevê que deverá ser considerada a última remuneração do servidor durante o período de referência, excluídos eventuais e os atrasados, para o cálculo do prêmio com base na Receita Corrente Líquida, e o último vencimento do cargo ou da função exercida pelo servidor no período de referência para o cálculo do prêmio com base na ampliação real da receita.

Ao determinar a observância da última remuneração do servidor para o cálculo de uma das formas do prêmio e o último vencimento do cargo ou da função para o cálculo da outra, a proposição instituiu um tratamento diferenciado para os servidores do Poder Executivo.

Conforme alega o Governador, na mensagem que encaminha as razões do veto, esse tratamento diferenciado não era pretendido, motivo pelo qual propõe-se, neste momento, equiparar as formas de cálculo para que, nos dois casos, seja utilizada a última remuneração do servidor.

Dessa forma, as gratificações e as vantagens inerentes ao cargo ou à função serão computadas na base de cálculo das duas formas de cálculo do prêmio, o que beneficiará os servidores que receberem o prêmio com base na ampliação real da receita.

Entendemos, assim, que o dispositivo vetado contribuirá para o aperfeiçoamento da proposição de lei em análise e para a igualdade de tratamento dos servidores.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela manutenção do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.512.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente e relator - Fábio Avelar - Ruy Muniz.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.377/2008

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.377/2008, de autoria do Deputado Alberto Pinto Coelho, que dá a denominação de Promotor de Justiça Tristão da Cunha a próprio estadual destinado ao Ministério Público do Estado, no Município de Teófilo Otôni, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.377/2008

Dá denominação a próprio estadual destinado ao Ministério Público do Estado, localizado no Município de Teófilo Otôni.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Promotor de Justiça Tristão da Cunha o edifício destinado ao Ministério Público do Estado, localizado na Avenida Júlio Rodrigues, s/nº, no Bairro Laerte Laender-Marajoara, no Município de Teófilo Otôni.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Hely Tarquínio.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

O Deputado Carlos Mosconi* - Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, telespectadores da TV Assembléia, venho à tribuna por duas razões, na tarde de hoje. A primeira, Sr. Presidente, é para manifestar meu profundo pesar pela morte do Prefeito Célio de Castro, ocorrida há alguns dias, durante o nosso recesso.

O meu pesar, Sr. Presidente, manifesto aqui em razão da amizade que tinha pelo ex-Prefeito Célio de Castro, com quem tive a satisfação de conviver em Brasília, durante pelo menos dois mandatos, sendo o primeiro por ocasião da Constituinte. Nesse período, em razão dessa oportunidade que tive de conviver com o então Deputado Federal Célio de Castro, aprendi a notar e a sentir no cidadão Célio de Castro suas qualidades de homem público e de ser humano excepcional. Era um homem de grande sensibilidade, tanto que exerceu sua vida política com muita dignidade, honradez e honestidade irretocáveis, e isso era reconhecido por todos. Posteriormente, veio a ser Prefeito de Belo Horizonte, cargo para o qual foi reeleito. Após essa sua reeleição, teve um problema de saúde, do qual não mais se recuperou. Um acidente vascular cerebral - AVC - o colocou no leito durante alguns anos, tendo ele sabido suportar esse sofrimento, essa provação com total dignidade, perseverança e determinação. Ele, por ser homem sereno e tranqüilo, enfrentou as adversidades com absoluta serenidade e grande altivez. Por isso, manifesto meu pesar. Minas Gerais perdeu um grande homem público; Belo Horizonte perdeu um político exemplar, um grande Prefeito. Também lamento sua perda como médico de escol. Era um profissional da saúde de reconhecida capacidade e competência, tendo exercido essa sua profissão ao mesmo tempo em que exercia sua atividade política, o que fazia como uma espécie de complementação até para sobreviver financeiramente, dadas as dificuldades existentes. Não deixou, em nenhum momento, de exercer sua profissão, o que fazia com absoluta competência e dignidade, sendo exemplo para seus colegas da área de medicina. Ele ainda se destacou na Presidência do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, há muitos anos, e na direção do Conselho Regional de Medicina deste Estado, por longo tempo. Envio minhas condolências a Maria, sua viúva, e a seus filhos, de cuja amizade também tenho o privilégio de privar há muito tempo. Deixo registrado meu pesar pelo falecimento desse grande cidadão mineiro, Célio de Castro, que foi exemplo para todos nós.

A segunda razão pela qual venho à tribuna, Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, é para registrar a visita do Vice-Governador Antônio Anastasia à nossa região, o Sul de Minas, há poucos dias, a convite de algumas Prefeituras. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que está aqui, também o acompanhou quando dessa visita. Primeiramente, foi visitada a cidade de Caldas. Em companhia do Prefeito Hugo Camacho e de outras lideranças do Município, ele visitou o mercado municipal, recentemente remodelado e inaugurado. Esse mercado, modelo para a cidade, é uma obra importante para o povo de Caldas. Essa reconstrução, essa grande reforma que o Prefeito Hugo Camacho, com sua equipe, realizou constitui-se atração para a cidade.

Em seguida, o Vice-Governador Anastasia visitou o balneário do Distrito de Pocinhos do Rio Verde, pertencente ao Município de Caldas. Esse balneário, já muito tradicional, também foi totalmente remodelado; passou por uma reforma completa, com recursos dos governos estadual e federal, por meio de emendas, até do Deputado Federal Geraldo Thadeu, que também fazia parte da comitiva que realizava a visita. Todos ficaram muito impressionados com a qualidade do balneário, bem como com o potencial de atração turística que ele representa não só para Minas Gerais, mas também para o vizinho Estado de São Paulo. Esse balneário há muitos anos oferece água de excelente condição terapêutica. Além disso, é preciso considerar o turismo e o lazer proporcionado no recanto de Pocinhos do Rio Verde. Aliás, o local poderia ser mais bem explorado a partir de uma melhor compreensão de seu potencial pelas autoridades do governo de Minas Gerais. Esse potencial impressionou sobremaneira o Vice-Governador Anastasia, que foi lá conhecer uma estrada que liga Pocinhos do Rio Verde a Andradas. Trata-se de uma estrada de terra que atualmente tem 22km de extensão, cujo asfaltamento representa uma prioridade para a região, principalmente para os Municípios de Andradas e Caldas e para o Distrito de Pocinhos. A solicitação foi feita ao Vice-Governador, na presença de toda a comunidade de Caldas. Naturalmente, ele se prontificou a trabalhar a fim de que essa solicitação tão importante para a região seja atendida. O asfaltamento desse trecho significaria uma espécie de redenção, especialmente para os Municípios de Caldas e para o Distrito de Pocinhos do Rio Verde.

Sr. Presidente, em seguida dirigimo-nos à minha cidade natal, Andradas, onde houve a abertura de mais uma festa do vinho, que é tradicional - aliás, é uma das mais tradicionais da nossa região - e consagra o Município de Andradas como maior produtor de vinho de Minas Gerais. Hoje o nosso vinho tem qualidade e já segue um novo caminho. Os produtores buscam esmerar, cada vez mais, a qualidade do produto oferecido aos consumidores. Ou seja, trata-se de um vinho de boa qualidade feito em Minas Gerais. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva conhece bem o assunto. Nota-se um esforço expressivo dos produtores de vinho de Andradas, que lutam para vencer todas as dificuldades, uma vez que estamos falando de uma atividade econômica que não é muito reconhecida em nosso Estado. Quem são os concorrentes? O Rio Grande do Sul, a Serra Gaúcha inteira e Santa Catarina, onde são produzidas outras variedades de uva, onde há outras condições de produção, outros estímulos e incentivos à produção de vinho, fatores mais consentâneos com o momento que vivemos em nosso país. É preciso considerar, naturalmente, as exigências dos consumidores de vinho. Então, o vinho produzido nesses Estados tem qualidade um pouco diferente do produzido em Andradas.

A ida do Vice-Governador à cidade de Andradas poderá ser um marco divisório dessa situação. O Vice-Governador ficou muito impressionado com o grande potencial, em qualidade e em quantidade, que existe lá para se produzir vinho. Todavia, teve-se mais à questão da qualidade. Há décadas os produtores de uva dedicam-se a essa atividade; possuem formação, conhecimentos e têm prazer de realizar esse trabalho.

Eu, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, a quem daqui a pouco concederei aparte, o Deputado Geraldo Thadeu, a Prefeita Margot Pioli, que, junto com sua equipe, com o Vice-Prefeito Delvo Stivanin, Vereadores e lideranças do Município, está-se empenhando na modificação, no desenvolvimento da cidade, estamos lutando a fim de que Andradas seja um marco na tradição da produção do vinho, bem como para que possamos fazer um levantamento acerca do gosto dos consumidores, para produzi-lo em outras condições, sem desmerecer aquelas presentes em outros Estados. O vinho desses lugares tem seu mercado consolidado. É preciso que haja uma alteração a fim de que a questão do vinho seja bem definida em Andradas.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Mosconi. Quero cumprimentá-lo por sua fala, que relata ao Parlamento mineiro e ao povo de Minas Gerais a ida do Governador Anastasia à nossa querida região Sul de Minas e, particularmente, à querida Andradas. V. Exa. fez uma colocação muito importante: hoje Andradas é a Capital do vinho, como também a Capital do pólo cerâmico do nosso Estado. Durante a permanência de V. Exa. - com muita honra para nós, mineiros - na Câmara Federal, apresentamos nesta Assembléia o pedido de redução de 30% de ICMS para a produção de vinho. Junto ao governo Itamar Franco, num primeiro momento conseguimos a redução para 25% e, na legislação passada, graças, aliás, ao empenho de toda a classe de produtores, que participa ativamente, da Prefeita Margô, do sindicato e da Câmara Municipal e com a sensibilidade do Governador, conseguimos a redução para 12%, oportunidade em que a presença de V. Exa. nos deu tanta honra, assim como a do Secretário Fuad Noman, que assinou o decreto dessa redução.

A colocação que V. Exa. faz hoje é muito importante: ao falarmos de Andradas, lembramo-nos de vinho, que aliás é de ótima qualidade. V. Exa., com certeza, será um grande e marcante produtor de vinho para a nossa região. Mas exatamente o que tratamos aqui, depois de tantos debates, do projeto já sancionado pelo Governador, é o Arranjo Produtivo Local - APL. Com o trabalho de V. Exa., da Prefeita Margô, do Deputado Federal Geraldo Thadeu e o nosso junto à Secretaria de Ciência e Tecnologia e à Epamig, vamos buscar efetivamente a parceria do Estado para incrementar aquele como um grande pólo de vitivinicultura. Tenho certeza absoluta disso, pela palavra do Governador Anastasia.

Portanto, queremos somar-nos a V. Exa. e nos colocar inteiramente à disposição nessa empreitada, que é substancial. Hoje os APLs têm dado uma dimensão muito importante principalmente para cidades que têm identidade, como Andradas, Santa Rita do Sapucaí, um pólo eletrônico, onde estaremos amanhã, e outras mais às quais o governo diretamente tem oferecido incentivos. Enfim, quero associar-me a V. Exa., parabenizar a presença do Governador e de toda a comunidade andradense em mais essa edição da festa do vinho e honrar, como V. Exa. tem honrado e dignificado em nome de nossa região, o Parlamento mineiro. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Carlos Mosconi* - Agradeço muito as palavras do Deputado Dalmo Ribeiro. Espero que sejamos aliados nessa luta para consolidarmos na nossa região e na cidade de Andradás a sua vocação. V. Exa. falou bem: cada cidade ali se diferencia por sua vocação. Esse é o caso de Jacutinga, de Monte Sião, de Inconfidentes, de Ouro Fino e de Santa Rita do Sapucaí. Andradás já tem essa longa tradição em vitivinicultura, talvez a mais antiga de todas na região. Então, é preciso que o governo estenda as suas mãos, por meio de órgãos como a Epamig e a Fapemig, a fim de que isso signifique realmente um incentivo para os produtores da região, uma mudança para melhor da vitivinicultura. Só para encerrar, Sr. Presidente, rapidamente quero relatar a ida do Vice-Governador a Poços de Caldas, onde visitou o restaurante popular entregue pelo Prefeito Sebastião Navarro há poucos dias. Lá se ofereceu refeição a mais de mil pessoas por dia com inteiro êxito, refeição de altíssima qualidade, subsidiada pelo Município, a custo de R\$1,00. Isso significa enorme benefício social para um número muito grande de pessoas de Poços de Caldas. E também quero mencionar a visita que fez o Vice-Governador Antônio Anastasia à Santa Casa de Poços de Caldas, hospital que foi totalmente saneado sob o ponto de vista financeiro e de atendimento, já que apresentava uma dívida de R\$14.000.000,00. Por intermédio do Prefeito Sebastião Navarro, a nova administração conseguiu o pagamento dessa dívida e colocou o hospital em pleno funcionamento, em condições de realmente oferecer o atendimento de que a população de Poços de Caldas e da região precisa e, felizmente, está recebendo. São essas as minhas palavras, Sr. Presidente, manifestando a nossa enorme satisfação pela ida do Vice-Governador, Prof. Antônio Anastasia, à nossa região. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, público presente à Assembléia, quero-me unir, como já fiz, ao Deputado Dalmo, na homenagem ao ex-Deputado José Cabral, da Assembléia Legislativa, que também foi Presidente do Clube Atlético Mineiro, tendo tido grande atividade no nosso Estado e que, lamentavelmente, perdemos no dia de hoje.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para tratar de um assunto que tem merecido a atenção de todos os brasileiros. Estamos comemorando 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, declaração adotada, em sua totalidade, pela Constituição de 1988, especialmente o art. 5º, que trata dos direitos e garantias fundamentais e contempla muitos dos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essa declaração é muito importante para todos os povos, e, apesar dos seus 60 anos e do comprometimento de diversas nações e países para que fosse atendida, copiada e acompanhada, lamentavelmente, ao vermos a situação mundial, vemos desconsiderados a Declaração Universal dos Direitos Humanos e também outros instrumentos, instituições e documentos importantes, como o de 1993 de Viena, que tratou da importância de que cada nação tivesse um programa nacional de direitos humanos. O Brasil conseguiu, a partir de 1996, ter o seu programa nacional de direitos humanos. Lamentavelmente, temos esse instrumento, esse documento da garantia dos direitos humanos tão aviltado no mundo atual. Vemos ainda, por conta da questão religiosa, tantas perseguições, e, por conta da condição de raça, tanta perseguição no mundo. Lamentavelmente, algo que nasceu com grande sofrimento dos judeus e não tem sido respeitado pelas nações. Algumas coisas que estão presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos e que os nossos documentos também adotaram às vezes parecem, para algumas pessoas algo exagerado: Falo efetivamente de um instrumento, de um documento que trata da inviolabilidade do domicílio. Temos acompanhado várias ações agora, com mandado específico de busca em domicílio. Na própria Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa vemos reiteradas denúncias de invasão de domicílio e de desconhecimento desse instrumento tão importante da preservação dos direitos e garantias fundamentais. Por que o domicílio é inviolável? Por que é necessário um instrumento dado pelo Juiz, um mandado, para que o domicílio seja adentrado por qualquer agente público? Porque naquele domicílio está a vida da família. E mesmo se ali se encontrar uma pessoa que cometeu crime, também há inocentes. E, além disso, há crianças, há pessoas em formação. É difícil explicar a uma criança a entrada no domicílio de agentes do Estado fortemente armados. A marca é permanente. Foi esse o sentimento que os judeus tiveram quando os nazistas violaram seus domicílios, arrastaram suas crianças. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, copiada pela nossa Constituição, por diversos instrumentos legais, deu ao domicílio segurança para que a família fosse protegida.

Refiro-me ainda a outro instrumento importante, que são os sigilos, como o bancário. Talvez, nesse caso, na nossa história mais recente haja um exemplo muito claro da importância do sigilo telefônico, de correspondência e bancário. Vimos recentemente o ex-Ministro da Fazenda, Sr. Antônio Palocci, determinar a quebra do sigilo bancário de um cidadão brasileiro que era pobre, caseiro. Ao fazer isso, ou seja, quebrar o sigilo bancário, de correspondência, telefônico ou domiciliar, encontramos questões que não pertencem ao público, e sim ao privado, ao particular, à vida das pessoas. Quando o ex-Ministro quebrou o sigilo do caseiro, descobriu algo da vida íntima daquele cidadão. Ele era um filho rejeitado, um filho bastardo. O que a sua vida interessa para mim ou para o público? Absolutamente nada. Aquilo pertencia ao sigilo da vida daquele cidadão pobre brasileiro. O abuso de autoridade levou à quebra de sigilo. Por isso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos trata esse assunto com muito carinho, porque, ao quebrar o sigilo, estamos entrando no particular, naquilo que é mais importante para a vida das pessoas, o ambiente secreto do lar. E isso não pode se tornar público. Não interessa a ninguém se aquele caseiro, aquela pessoa pobre é rejeitada. Isso pertence à sua vida íntima. Neste momento, no Brasil, temos de ter muito cuidado com instrumentos, com dispositivos legais que tratam dos sigilos, dos direitos e das garantias fundamentais dos cidadãos, ou seja, de algo tão importante. Às vezes, para deter um crime, autoridades cometem crimes maiores do que aquele que se está desenrolando. Por querer bisbilhotar muito, podem entrar em algo que pertence à família, à pessoa, que é íntimo, sigiloso e tem garantias fundamentais para que permaneça dessa maneira. Estamos preocupados. Parece que, quanto aos direitos e às garantias fundamentais, estamos vivendo um retrocesso no nosso país. Às vezes por pressa, por descuido com o que é mais importante ou afoiteza para ganhar os holofotes, vemos pessoas sendo submetidas a uma exposição que não é permitida pela nossa legislação. Precisamos ver os direitos e garantias fundamentais sendo efetivamente respeitados em nosso país. A situação não pode continuar como está, sendo os governos, os Estados os maiores violadores desses direitos e garantias fundamentais. Não podemos conviver com a prisão de pessoas sem que tenham acesso a um advogado. Foi isso o que de alguma forma sensibilizou as nações a se reunirem e escreverem a carta da Declaração Universal dos Direitos Humanos, porque os judeus foram presos pelos nazistas dessa maneira: foram arrastados e levados à morte sem a defesa de um advogado, sem um julgamento com júri, enfim, sem a observância dos seus direitos. Em nosso país vemos ser exibidos com força crescente os programas sensacionalistas, que expõem as pessoas diante do vídeo ou que tratam pessoas, que nem sequer foram julgadas, como condenadas. É isso o que vem acontecendo, e muitas vezes a pessoa cumpre sua pena antes do julgamento, pena que com frequência é excessiva em relação ao crime cometido. Aliás, muitas vezes o Estado, ao expor essa pessoa, comete um crime maior do que o que ela cometeu. Neste país precisamos parar para pensar; precisamos ler a nossa Constituição, os dispositivos e os documentos legais que dão às pessoas a garantia do domicílio, do sigilo, de defesa por um advogado ou uma advogada e de ir a júri em um julgamento justo. Não podemos conviver mais com situações em que essas garantias não se verificam, pois são situações inaceitáveis. Em nosso país não podemos continuar convivendo com isso: as pessoas sendo expostas a um espetáculo público, como vemos acontecer. É lamentável, porque tudo isso acontece com um aparato, uma vestimenta de ordem e de lei, mas, se compararmos o que está acontecendo - quebra de sigilo, invasões de domicílios etc. -, veremos que essas situações são totalmente contra os dispositivos legais, contra aquilo que é mais sagrado para as pessoas e as famílias, que são seus direitos e garantias fundamentais. Nosso país, Deputado Lafayette, vive um momento de preocupação, e, como sei que V. Exa. também tem estado preocupado com essa situação, quero conceder-lhe aparte para que participe de nossa manifestação.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Deputado João Leite, quero cumprimentá-lo pela lúcida explanação sobre o Estado em que estamos vivendo, que se aproxima muito do Estado nazista, no qual se vivia pela imposição do medo, do terrorismo, e os direitos fundamentais mais sagrados, como V. Exa. acabou de citar, eram perfeitamente ignorados. Não podemos caminhar nesse sentido, nessa linha. Temos de retomar o Estado de Direito, e que os sagrados direitos fundamentais do cidadão sejam respeitados. Estamos vendo um apoio incondicional à truculência de certas instituições, que estão exasperando, exaltando e exorbitando nos seus direitos e nas suas funções, e isso não podemos admitir.

Parabenizo V. Exa. pela abordagem.

O Deputado João Leite* - Muito obrigado, Deputado. Concluo, Sr. Presidente, dizendo que temos de lutar pelas pessoas do nosso país que ainda não conhecem seus direitos, aquelas que não conhecem e não sabem que o seu lar, onde estão criando sua família, é um lugar inviolável, pertence à família, pertence a essas pessoas. Nosso país carece de educação, de informação, e, se existe uma informação que é fundamental

para ele, é esta: o nosso país, os nossos cidadãos são sujeitos de direitos e garantias fundamentais. O caseiro que foi violado pelo Ministro da Fazenda tinha direito ao sigilo. Por isso, Sr. Presidente, queremos trazer para todo o povo a informação dos direitos e garantias fundamentais, e dos 60 anos da nossa Declaração Universal dos Direitos Humanos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* - Com muito prazer, concedo aparte ao Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Esta Casa tem de saber que ontem foi lançado o Boulevard Shopping, no terreno do América Futebol Clube. Mas fiquei muito triste com o Sr. Rigotto, empresário, quando subia no palanque e agradecia a várias entidades e políticos. Ele agradeceu à Câmara Municipal de Belo Horizonte e esqueceu-se desta Casa. Esqueceu de agradecer à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e aos Deputados desta Casa. Mesmo como americano e dirigente esportivo do América, senti-me triste, assim como outros Deputados que estavam comigo, porque, quando precisaram que aqui fosse votada a desocupação de um terreno do Estado para ser trocado por um terreno em Patos de Minas, os empresários ficaram, a solicitação foi feita, e fizemos um grande trabalho nesta Casa, suprapartidário. Quero lembrar a participação dos Deputados João Leite e Gustavo Valadares e de todos os Deputados, independentemente de partido e de clube. Naquela hora, nós nos unimos e fizemos o melhor para Belo Horizonte e o que entendemos melhor para a geração de emprego, mas em momento algum o Sr. Rigotto citou a Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Fica aqui o protesto deste Deputado e a desculpa, como dirigente do América Futebol Clube, por essa situação. Mas a Câmara Municipal, apesar de toda a dificuldade que ocorreu ali, foi ressaltada, e foi citado nome de Vereador, com agradecimentos. Para esta Assembléia, que fez a sua parte, não houve agradecimento. Quem não agradece, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, não merece o que recebeu, e quero falar ao Sr. Rigotto que, se ele tiver necessidade, pode contar comigo. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, TV Assembléia, ouvintes e amigos presentes nas galerias, nossos assessores, é com muito alegria e satisfação que tenho a honra de comunicar que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Comissão de Educação, estará atendendo a um requerimento aprovado, e de nossa autoria, amanhã, em Santa Rita do Sapucaí. Estaremos participando oficialmente da abertura da 10ª edição da Feira Industrial do Vale da Eletrônica - Fivel -, que tem como Presidente o competente Presidente do sindicato, Roberto de Souza Pinto. Neste ano, estamos comemorando a 10ª edição dessa importante feira, berço de Santa Rita do Sapucaí, que reúne todos os Estados da Federação à procura de conjuntos, de novos e modernos equipamentos - incubadoras, e, principalmente, cérebro eletrônico. Amanhã a Assembléia Legislativa estará presente, participando da abertura dessa importante feira, que, com certeza, reunirá inúmeros empresários de todo o Brasil e de outros países. Passaremos, a partir de amanhã, até domingo, a ter, mais uma vez, Santa Rita do Sapucaí como a Capital do pólo eletrônico de Minas Gerais.

Aproveitando também esta oportunidade, Sr. Presidente, gostaria de repercutir uma matéria publicada no "Diário do Comércio", nesta data, que manifesta para nós, sul-mineiros, muita satisfação. (- Lê:)

"Sul de Minas vai investir em parque tecnológico. Santa Rita do Sapucaí, no Sul de Minas, mais conhecida como Vale da Eletrônica, se prepara para lançar um parque tecnológico. De acordo com Roberto de Souza Pinto, Presidente do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares - Sindivel -, a Prefeitura já adquiriu uma fazenda de 40 alqueires, no valor de R\$1.800.000,00. De acordo com o Presidente do sindicato, a área terá capacidade para receber cinco empreendimentos de grande porte e 50 pequenas e microempresas. Souza Pinto estimou que a implantação dessas empresas demandará inversões na ordem de R\$80.000.000,00. Quanto à geração de emprego, ele disse que o número deve variar entre 10 mil e 11 mil vagas."

Então não poderia deixar passar despercebida, em silêncio, essa matéria importante para o nosso Sul de Minas e, particularmente, o Vale da Eletrônica em Santa Rita do Sapucaí. Quero parabenizar o nosso caríssimo Prefeito Paulinho da Cirvale, os nossos Vereadores, toda a Câmara, toda a comunidade e todas as associações, o CDL, a associação comercial, o sindicato, dirigido pelo caríssimo Roberto Souza Pinto, o Inatel, a ETE, todos os que trabalham, que se debruçam sobre os novos equipamentos eletrônicos.

Fico muito feliz, Sr. Presidente, porque temos aprovado por esta Casa e sancionado pelo Governador um projeto de nossa autoria, que estabeleceu os arranjos produtivos locais. Esse projeto foi longamente debatido, a exemplo de Santa Rita. À época do seu andamento, debruçamo-nos sobre ele, debatemos, estivemos, em várias oportunidades, com o Deputado Federal Bilac Pinto, àquela época Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que também ofereceu, com o Dr. Paulo Cléber, assuntos importantes para que o governo pudesse, como o fez, sancionar esse projeto. Então quero manifestar como o pólo tecnológico de Santa Rita, após a sanção desse projeto, como também outros pólos tecnológicos de outras regiões, tem dado um avanço extraordinário. Os arranjos produtivos locais têm a identidade de concentrar, de gerar e, principalmente, de debater ações do governo, ações de secretarias, garantindo, assim, o bom desenvolvimento, gerando emprego e renda em nossa região. Temos muito o que comemorar. É também da lavra desta matéria o que se fala dos arranjos produtivos locais. (- Lê:)

"O que diferencia um parque de um Arranjo Produtivo Local - APL -, projeto de nossa autoria, com a participação de todos os parlamentares e sancionado pelo Governador Aécio Neves, "é que, além de termos um aglomerado de empresas, teremos também instituições de ensino, laboratórios e centros de pesquisas. No setor educacional, Santa Rita conta com o Instituto Nacional de Telecomunicações - Inatel -, a Escola Técnica de Eletrônica - ETE - e a Faculdade de Administração e Informática - FAI".

Quero também manifestar a nossa satisfação. Há poucos dias, acompanhamos o Vice-Governador, Anastasia, em Santa Rita do Sapucaí, quando fez uma palestra para mais de 500 empresários na sede da ETE, além de conhecer as suas instalações. Ele expôs a importância da lei sancionada por seu governo, a APL, e deu aos empresários o seu testemunho quanto ao choque de gestão, essa inovação extraordinária que tem a marca do governo Aécio Neves. O Vice-Governador, quando lá esteve, há poucos dias, pôde conhecer de perto as incubadoras e as empresas que estão investindo na nossa região, a exemplo do que fizemos quando estivemos em Itajubá, também há poucos dias, na Helibrás. Depois de tantos trabalhos, discussões e uma ação efetiva de nosso Governador Aécio Neves junto ao governo federal, estivemos, no dia 30 do mês passado, buscando novos investimentos junto à Eurocopter na fabricação de helicópteros, na cidade de Santa Rita, vizinha de Itajubá.

Tenho certeza absoluta de que a nossa região, tanto no pólo aeronáutico quanto no eletrônico, tem expandido, gerando e garantindo emprego e renda. Com o lançamento desse parque tecnológico, teremos mais de 10 mil empregos garantidos, o que, sem dúvida, significa um avanço extraordinário, graças à iniciativa de todos os que trabalham no setor eletroeletrônico e similares. Assim, garantimos um pólo de excelência, contando também com o desenvolvimento da TV digital. Já recebemos, em Santa Rita, o Ministro Hélio Costa, que foi conhecer de perto as inovações nessa área. Aliás, Santa Rita do Sapucaí, por meio de suas incubadoras - a Inatel e a ETE -, deu o pontapé inicial para o início da nova era digital e tem sido respeitada por todo o mundo. Sem dúvida, essa cidade deu início a tais inovações tecnológicas, a exemplo do que fez Sinhá Moreira - estamos no centenário do seu nascimento -, possibilitando toda essa dimensão extraordinária da região. Portanto quero louvar e parabenizar Santa Rita do Sapucaí e todas as suas autoridades representativas na pessoa do Presidente Roberto. Amanhã participaremos oficialmente da abertura da feira, tão importante e que reunirá mais de 150 expositores não só de Santa Rita, mas também de outras cidades e de outros Estados. Todos estarão participando desse grande parque de negócios, garantindo, assim, novos investimentos e produzindo mais empregos. Quero registrar e, desde já, manifestar que a presença da nossa Comissão é, sem dúvida alguma, um estímulo a Santa Rita. Ela estará lá amanhã, em caráter oficial, participando, conhecendo, trabalhando, como fizemos em Itajubá, na Helibrás, quando lá estivemos sob a Presidência do Deputado Vanderlei Miranda, Presidente da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo.

Por falar no Sul de Minas, nossa querida região, quero manifestar-me também quanto à colheita do morango. Temos um requerimento aprovado na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial e, todas as vezes em que somos solicitados pelo Presidente da Associação dos

Morangueiros de nossa região - Pouso Alegre, Estiva, Senador Amaral, Toledo, Camanducaia -, atuamos junto à Epamig, à Emater, aos órgãos do governo e, particularmente, à Secretaria de Agricultura, por meio de ações junto ao Secretário Gilman.

A partir do próximo mês haverá audiência pública para tratarmos efetivamente de ações incrementadoras junto ao Banco do Brasil, favorecendo todos os produtores de morango do Sul de Minas, uma vez que tem sido hoje o marco pontual em geração de emprego. Somente para registrar, nessa safra que vive o Sul de Minas, quando se passa pela Fernão Dias pode-se verificar que há barracas e mais barracas de morangos sem agrotóxico. São produtos de primeiríssima qualidade, que hoje temos somente na região de Pouso Alegre, de Estiva, de Senador, de Bueno Brandão - são 10 ou 15 cidades. Estamos gerando hoje aproximadamente 3 mil empregos diretos. Sem dúvida nenhuma, é a maior fonte de geração de empregos, particularmente pelos incentivos que temos recebido por parte do governo, junto à Emater, à Epamig e a outros órgãos, garantindo-se assim a produção de morangos, o que tem sido um grande avanço para toda a nossa região, com ações importantes para cada região e para cada cidade.

Fico muito feliz por estar amanhã primeiro em Santa Rita, posteriormente em Porto Alegre e em outras cidades que também produzem hoje morango no Sul de Minas, tão respeitado e conhecido por todos nós. É certo que a Assembléia Legislativa já teve participação efetiva. Estivemos lá há quatro ou cinco anos, numa audiência pública, quando conseguimos implementar ações junto ao governo Aécio Neves, principalmente a construção de câmaras frias destinadas ao armazenamento de morangos, que são vendidos para todas as partes do País. Hoje os morangos do Sul de Minas estão sendo exportados.

Portanto, temos muito a comemorar e temos certeza de que ações importantes serão registradas neste Parlamento. Muito obrigado a V. Exa.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Deputados Domingos Sávio e André Quintão, senhoras, senhores, público presente, telespectadores da TV Assembléia, o Brasil comemora hoje uma notícia que merece, sem dúvida alguma, ser reprisada, divulgada e comemorada com muito vigor. Hoje, por meio de uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas e de um levantamento feito pelo Ministério do Trabalho, mais uma vez o Brasil reduz o índice de pobreza. De 2002 a 2008 houve redução de quase 14% na margem de pobreza da população. Há pessoas que estavam abaixo da linha de pobreza e que tiveram uma ascensão social, passando a compor, aliás, a classe média brasileira. O índice brasileiro foi de quase 14%, e o índice de redução da pobreza das regiões metropolitanas foi de 24%. O que mais chamou a atenção é que a cidade de Belo Horizonte lidera o "ranking" nacional, com uma redução da pobreza num percentual de quase 40% - isso comparado aos últimos seis anos, 2002 a 2008.

Tal dado e tal notícia nos fazem refletir. Primeiro, é importante dar o mérito por essa importante conquista a quem merece. O primeiro mérito fundamental é a política acertada do Presidente Lula.

O Presidente Lula, nesses seis anos de mandato, conseguiu aplicar uma política econômica correta, uma política de retomada do crescimento econômico e da distribuição de renda, uma política que veio casada, de mãos dadas com a inclusão social. As políticas sociais do Presidente Lula têm promovido a inclusão de milhões de brasileiros na cidadania, no consumo, no trabalho, no mundo do emprego.

Segundo mérito fundamental: temos hoje à frente do Ministério de Ação Social e de Combate à Fome um grande brasileiro e mineiro que tem um papel destacado, o Ministro Patrus Ananias, esse brasileiro que tem feito o Brasil sentir orgulho das suas políticas sociais. Uma rede de cidadania, uma rede de proteção social que tem tirado as famílias da margem da pobreza e levado à linha de consumo.

É justamente nessa pessoa do Ministro Patrus Ananias que quero deter mais minha reflexão. Há de se perguntar porque Belo Horizonte lidera o "ranking" nacional da diminuição da pobreza. Qual a origem disso? Isso tem uma raiz histórica profunda, e tudo começou, no meu entendimento, nos idos de 1992, quando o Ministro Patrus Ananias foi eleito Prefeito de Belo Horizonte. Ao ser eleito Prefeito, o Ministro Patrus Ananias passou a adotar uma referência de gestão pública de uma grande Capital como Belo Horizonte fazendo a política de inversão de prioridades. Quando Patrus assumiu o governo, a periferia, os bairros mais pobres, os aglomerados passaram a ser o centro da atenção, com políticas públicas voltadas para os mais necessitados, para os mais pobres, para os mais excluídos. Lembro como se fosse hoje. À época, foi um fato inovador. Patrus Ananias foi o primeiro Prefeito de Belo Horizonte a aplicar uma política de abastecimento popular com os sacolões públicos, os mercadinhos públicos que deram às pessoas acesso a uma comida mais barata. O Ministro Patrus Ananias passou a cuidar com mais carinho das nossas crianças e dos excluídos.

Quando se fala desse modelo e se pensa no resultado dessa pesquisa, parece-me, nobre Deputado Domingos Sávio, que Belo Horizonte escolheu a melhor forma de fazer também uma homenagem póstuma a um grande mineiro, a um grande belo-horizontino, que foi o Dr. Célio de Castro. O Dr. Célio de Castro, que recentemente nos deixou, abrindo um grande vácuo na política brasileira e na política mineira, deu continuação a esse projeto inaugurado por Patrus Ananias. O Dr. Célio de Castro, desde o primeiro governo de Patrus Ananias, na condição de Vice-Prefeito, esteve ao lado do Patrus, e depois o sucedeu e fez com que Belo Horizonte fosse essa grande referência de como o poder público pode fazer diferença na vida do povo, dos seus governados. Então, a dupla Patrus Ananias - Célio de Castro representa um marco importante na administração de Belo Horizonte. Tudo começou daí. Depois outros governantes deram sua contribuição, mas, do ponto de vista da inclusão social, da inversão de prioridades, de cuidar do nosso povo mais sofrido, do nosso povo mais necessitado, Belo Horizonte inaugurou esse modelo.

O governo Lula, de forma tão positiva, vem implementando no Brasil o modelo gerado aqui, em Belo Horizonte.

Assim, a divulgação desses números e dados também homenageia o saudoso Dr. Célio de Castro. Figuras como ele estarão, definitivamente, registradas na história do nosso povo, trazendo sempre a concepção de que a memória de alguém, quando bem cultivada, transforma-se, permanentemente, numa presença. Dessa forma, o Dr. Célio de Castro estará sempre entre nós como o exemplo de um homem que deu grandes contribuições e ajudou a construir um modelo do qual o Brasil está, hoje, colhendo os frutos. O nosso país hoje vive esse momento alvissareiro em que Belo Horizonte teve um papel decisivo. A nossa Capital foi uma das primeiras cidades brasileiras a mudar o jeito de se fazer política. A partir da eleição de Patrus Ananias e, depois, de Célio de Castro, Belo Horizonte e Minas Gerais acumularam forças, deram apoio ao Presidente Lula desde a sua primeira eleição em 1989, culminando com o seu primeiro mandato e, posteriormente, em 2006, reconduzindo-o para o segundo mandato.

Os indicadores estão dizendo que o Brasil aumenta hoje o número de pessoas que estão na classe média. Ela continua sofrida, mas é a que tem o acesso ao emprego, ao consumo básico, e que está começando a ter acesso à moradia popular. O Brasil está dando um grande exemplo para o mundo, para todos os que acreditam que um governo bem-administrado, que inverte as prioridades, faz a diferença. Esse é um exemplo positivo. Estão de parabéns o Presidente Lula, o Dr. Célio de Castro, o Ministro Patrus Ananias, todos os que seguem essa escola como referência, que têm a convicção de que o mais importante é cuidar dos mais necessitados. Como o Presidente Lula sempre diz, devemos cuidar dos mais pobres, governar para eles. De nada adianta os governantes se preocuparem com as grandes obras, com obras megalomaniacas, e o povo estar mal. De nada adianta o governante usar o dinheiro para fazer praças e avenidas bonitas, mas o povo continuar sofrendo, o serviço público essencial, aquele de encontrar o médico no posto de saúde, o professor satisfeito numa escola bem-cuidada e bem-estruturada, não acontecer. É disso que o povo, o pobre, precisam. Se ele vai a um posto de saúde e não encontra médico nem remédio, não conseguindo fazer o exame especializado em caráter de urgência, de nada valem o governante e o administrador, pois não estarão fazendo a diferença na vida

dessa pessoa. Se na hora que o pobre precisar de segurança pública, esta falhar, de nada vale o poder público.

Então esse é o modelo inaugurado pelo Ministro Patrus Ananias e seguido pelo Dr. Célio de Castro. Outros administradores como esses virão. O belo-horizontino encampou a concepção de um modelo de responsabilidade social, especialmente, um modelo de inclusão social, que faz com que os homens públicos se tornem referência por suas ações concretas e objetivas.

Tenho, assim, muito a comemorar. Estou satisfeito com essas notícias e com esses indicadores.

O Brasil ainda tem grandes desafios pela frente, como o de inclusão de parcela muito significativa de sua população. Apesar da diminuição dos indicadores de pobreza neste país, ainda existem muitos pobres no Brasil, que precisam sair da margem de pobreza. Andando pelos grandes centros urbanos, podemos perceber que, na própria Região Metropolitana de Belo Horizonte, estão os maiores bolsões de pobreza do Estado. Essa contradição gritante revela a realidade nua e crua do Estado. Existem bolsões de pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte que são de dar inveja a algumas regiões consideradas as mais pobres de Minas Gerais.

O grande centro comercial da minha querida cidade de Contagem, o Bairro Eldorado, é cortado pela grande e moderna Avenida João César de Oliveira - uma avenida de Primeiro Mundo. Se percorrermos 2km ou 3km dessa avenida, para a esquerda ou para a direita, encontraremos bolsões de pobreza cujos Índices de Desenvolvimento Humano são inferiores aos de muitas cidades paupérrimas do interior de Minas Gerais. Isso ocorre na 2ª maior cidade de Minas Gerais, que é Contagem.

Precisamos utilizar a divulgação dos números dessa pesquisa para mostrar que o poder público tem de fazer diferença na vida do povo, tem de utilizar o dinheiro público para melhorar os indicadores econômicos do Estado e fazer a inclusão social. Temos de repetir esse tipo de notícias todas as vezes que aparecer na televisão, no rádio, na imprensa escrita ou falada. Temos de repetir esse tipo de notícias tantas vezes quantas forem necessárias. No Brasil, temos a mania de repetir notícia ruim todos os dias. Todas as notícias ruins são repetidas, dia após dia, por meio da televisão e do rádio. Notícias ruins viram manchete em todos os jornais; todavia as notícias boas acabam ocupando as páginas menos acessadas pelos leitores, ou seja, não são muito divulgadas. Repetiremos, a cada dia, notícias boas como essa de que os indicadores do Brasil têm demonstrado diminuição da pobreza.

Parabenizo Belo Horizonte pelo grande exemplo que deu, porque tudo começou aqui, com o governo Patrus Ananias, que assumiu a Prefeitura da Capital em 1992. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, antes de abordar o assunto que me traz a esta tribuna, não posso deixar de comentar rapidamente a conclusão da fala do nobre Deputado Carlin Moura. Reconhecemos que é importante a divulgação permanente daquilo que se está consolidando como boas políticas públicas. Sou do PSDB e tenho minhas convicções políticas. Hoje mesmo, dizia que ficou uma marca muito forte do governo Fernando Henrique, que foi a estabilização econômica do País, com uma política de controle da inflação, que permitiu que as pessoas planejassem suas vidas e tivessem perspectiva de melhoria de vida, uma vez que o monstro da inflação havia sido domado ou mesmo extinto. Aliás, em parte nenhuma do mundo, esse monstro foi extinto, considerando-se a economia moderna. No Brasil, ele foi domado, surgindo patamares que tornaram possível ao trabalhador não ver seu salário ser corroído. Repito: a grande marca do governo Fernando Henrique foi garantir uma política econômica estável, séria e responsável, que possibilitou ao País o estabelecimento de metas e a busca do desenvolvimento. Não podemos negar isso, sendo importante reconhecer que, a partir da base de uma realidade econômica estável, ocorreram avanços no campo social e na geração de emprego.

Em Belo Horizonte, isso ocorreu de maneira especial. Aliás, em Minas Gerais, isso ocorreu de maneira mais especial que em outros Estados. A parceria entre o Governador Aécio Neves e o Prefeito Fernando Pimentel se faz perceptível em números muito claros. É algo que de fato está beneficiando o povo de Belo Horizonte. Portanto essa parceria entre o Governador Aécio Neves e o Prefeito Fernando Pimentel, essa parceria entre PSDB e PT está somando políticas em benefício da comunidade de Belo Horizonte. O resultado está aí: os números mostram que tem havido um avanço significativo. Há a sinalização de que temos um modelo de gestão pública em que, somando-se os esforços dos governos estadual e municipal, o povo sairá ganhando. Acredito que isso é um indicativo dos novos tempos. Por isso nunca tive esse preconceito; para mim, partidos, composições distintas no campo ideológico podem, em situações localizadas, unir-se para melhorar a qualidade de vida do povo. É o que estamos vendo em Belo Horizonte, de maneira extremamente clara e concreta. Não há como negar: está dando certo. Espero que a situação continue assim a fim de que o povo de Belo Horizonte colha frutos.

Sr. Presidente, quero falar rapidamente sobre um trabalho que estamos realizando na cidade de Divinópolis e que deve repercutir de maneira positiva em toda a região. Estamos trabalhando de forma coesa com o governo do Estado. Para tanto contamos com o apoio do Indi, do DER e, em breve, contaremos também com o apoio da Cemig. Pretendemos criar condições para que Divinópolis receba uma grande empresa: a Proema. Essa empresa, de origem italiana, trabalha na produção de autopeças para a Fiat, bem como para outras grandes montadoras, e representa a possibilidade de geração de algumas centenas de empregos em Divinópolis, indo além dos limites da região metropolitana - precisamente de Betim e Contagem -, levando o grande fluxo de crescimento de autopeças que veio para Minas com a Fiat. Essa atividade não pode ficar restrita, até mesmo em benefício de Betim, Contagem e Belo Horizonte, que vão ficando hipersaturadas, no que se refere à sua capacidade de atender a hiperpopulações - nota-se crescimento da população acima do considerado razoável para que uma cidade tenha boa qualidade de vida. Há outras cidades próximas com boa infra-estrutura, a exemplo de Itaúna e Divinópolis, além de tantas outras, que agora, contando com investimentos para a melhoria da MG-050, podem e devem sediar indústrias que abasteçam não só a Fiat, mas também outras grandes montadoras. Esse trabalho está sendo feito. Levamos nosso apelo ao Governador, que sinalizou de forma positiva. Os órgãos do Estado estão discutindo com a iniciativa privada, visando chegar a um entendimento, ou seja, o objetivo é somar as forças da iniciativa privada e do poder público para que Divinópolis e a região Centro-Oeste recebam investimentos e gerem emprego para seu povo. Em um futuro próximo, falaremos mais sobre esse assunto. Ainda quanto à MG-050, gostaria de frisar que, ao fazermos algo para melhorar uma situação, temos de saber que haverá também aspectos negativos. Na referida MG, instalaram-se pedágios, que representam o lado ruim da história. Em alguns casos, esses pedágios, especialmente os que se encontram entre Divinópolis e São Sebastião do Oeste, têm trazido enorme transtorno para as pessoas que moram perto do posto de pedágio. Houve até fechamento de estrada, o que dificultou o acesso às casas. Ao lado dos moradores, assumimos essa luta e trabalhamos a partir do diálogo, pois é conversando que buscamos soluções para as questões. Felizmente, estamos encontrando o caminho para a solução desses problemas. Reunimo-nos com o Secretário de Obras do Estado e com o Diretor da empresa Nascentes das Gerais, a quem levamos o apelo dos moradores das proximidades do posto de pedágio que fica entre Divinópolis e São Sebastião do Oeste, bem como de toda a população. Alertamos que, em Itaúna, na região de Formiga, entre Capitólio e Piumhi, também há problemas que precisam ser resolvidos. Hoje participaremos de uma audiência pública em Divinópolis e levaremos algumas soluções. O Secretário compreendeu a situação e determinou à empresa Nascentes das Gerais, que cuida da parceria público-privada, que resolvesse o problema dos moradores na imediação do pedágio entre Divinópolis e São Sebastião. Para tanto deverá abrir uma passagem paralela, a fim de que os moradores tenham acesso às moradias sem que se submetam ao pedágio.

Levei ao Governador outra grande reivindicação e estou com grande esperança que isso se viabilize, pois assim poderemos resolver o problema de toda a população de São Sebastião do Oeste e Divinópolis: um asfalto que é um sonho antigo, que liga Divinópolis a São Sebastião do Oeste, passando pela comunidade do Cacoco. São 15km de asfalto para ligar essas duas cidades, que hoje são interdependentes, são como bairro uma da outra, e um pedágio no meio é um desespero para quem trabalha numa cidade e mora na outra, para quem vai duas vezes por dia e não conseguirá suportar esse custo extra. Portanto, estou trabalhando para resolver esse problema, e vamos encontrar soluções de forma dialogada, até porque não só o Secretário, mas também o próprio Governador determinaram que cada caso seja analisado respeitando-se

todos os cidadãos. Queremos que a rodovia seja duplicada, seja melhorada, ofereça mais segurança para todos; compreendemos que, nesse caso, o pedágio se torna imprescindível, porém não pode causar prejuízos para uma ou outra pessoa. É preciso estudar esse problema, principalmente se o prejuízo alcança uma cidade inteira. O assunto será discutido, estarei presente na audiência, e procuraremos uma solução de forma dialogada, porque é esse o caminho que aponta o Governador Aécio Neves: avançar sem deixar ninguém para trás, atendendo-se ao interesse da comunidade como um todo. Nesse caso da MG-050, a obra é necessária, importante e deve contemplar o interesse de todos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, na verdade eu abordei algumas questões apresentadas no Substitutivo nº 1, porque faltou um pouco mais de discussão sobre algumas proposições e artigos com o órgão que regulamenta a situação financeira do Estado, que é a Secretaria de Fazenda. Se não houver uma adaptação na lei, naquilo que está sendo proposto no substitutivo, não vejo como o governo do Estado possa implementá-la. Ela é interessante, e é preciso resolver esse problema. Temos travado aqui uma luta pela preservação do meio ambiente, mas principalmente de proteção do pequeno proprietário, que está altamente sacrificado na questão ambiental. Porém não vemos possibilidade de implementação de recursos e benefícios para os pequenos proprietários.

Sr. Presidente, discuti essa questão com o Deputado Roberto Carvalho, autor do projeto, que é interessante, porém teremos dificuldades em implementá-lo. Essa questão será resolvida no momento oportuno, por isso estou satisfeito pelo meu encaminhamento.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente e Srs. Deputados, antes de iniciar a discussão do Projeto de Lei nº 2.267/2008, gostaria de aproveitar a oportunidade para cumprimentar o Deputado Roberto Carvalho pela aprovação do projeto Bolsa Verde. Quero dizer ao Deputado que, embora a Bancada do PMDB tenha restrições quanto à possibilidade de sua implantação, poderá contar conosco na luta para que se modifique a legislação e o projeto seja efetivamente implantado com as mudanças que poderemos propor na Secretaria de Fazenda. O Deputado poderá contar sempre com a nossa solidariedade para a segunda fase da luta. Nossos parabéns pela aprovação do projeto Bolsa Verde.

Sr. Presidente, em relação ao Projeto de Lei nº 2.267/2008, gostaria de fazer alguma digressão sobre o que está ocorrendo e que é sério. Temos em Brasília, hoje, uma decisão importante do Supremo Tribunal Federal quanto aos antecedentes criminais dos políticos brasileiros. Ontem me pronunciei e fiquei realmente muito preocupado com a posição tomada pela Casa, de achar que - sobre o que foi modificado aqui, no art. 340, na legislação referente à reforma do Judiciário - nós aceitávamos tranqüilamente que o Governador opusesse veto.

Essa discussão merece realmente uma reflexão mais aprofundada. Gostaria de, em outra oportunidade, discuti-la, com o Deputado Antônio Júlio e outros companheiros que gostem de discussões importantes sobre a questão institucional no nosso país. A situação é de fato muito grave.

Farei referência a dois acontecimentos importantes da nossa Teófilo Otôni. Estamos aguardando decreto presidencial para que a Zona de Processamento de Exportação - ZPE - conte com alfândega. Há uma expectativa política equivocada quanto a esse assunto. A ZPE é uma luta de 20 anos, iniciada em 1988. No momento em que o Presidente da República autorizar o seu funcionamento e criar a alfândega, ainda teremos de um ano e meio a dois anos de trabalho para preparar a área de 300.000ha, que deverá ser totalmente cercada e terá uma estrada ao seu redor. Hoje, apenas a parte administrativa está pronta. É importante advertir a população sobre o engano que, às vezes, a propaganda às vésperas da eleição pode causar.

A ZPE é uma luta nossa desde 1988 e vai prosseguir. Mas a sua implantação definitiva não acontecerá num passe de mágica. Ao contrário, mesmo que o Presidente da República assine o decreto autorizando o seu funcionamento amanhã e determine a criação da alfândega, gastaremos de um ano e meio a dois anos para preparar a área para receber as indústrias. Isso não ocorre como um passe de mágica, um clique, e o Presidente resolve o problema. O assunto está sendo explorado politicamente na minha cidade, e é preciso advertir a população para o fato de que isso não é verdade.

O outro assunto, Sr. Presidente, é que acabei de receber o comunicado do Dr. Adriano, Assessor-Chefe do nosso Vice-Presidente da República, de que realmente está efetivada e encaminhada, na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, a inclusão do curso de Medicina em Teófilo Otôni, a ser implantado a partir de 2009. Esse é um fato importante que gostaria de registrar nesta tarde. Lembro aos companheiros da nossa terra, Teófilo Otôni, que, desde novembro de 2007, o conselho universitário aprovou, a meu pedido e a pedido do nosso Deputado Federal, a inclusão desse curso na nossa cidade. Esse é, repito, um fator importantíssimo para nós.

Achamos que este é um momento de muita seriedade. Não podemos brincar com coisas sérias. Uma universidade federal, um curso de Medicina e uma ZPE são temas muito importantes e não podem ser levemente tratados em campanha eleitoral.

Concedo aparte ao nosso companheiro da Comissão de Política Agropecuária, Deputado Antônio Carlos Arantes, que deseja muito falar sobre a Bolsa Verde.

O Deputado Antônio Carlos Arantes (em aparte)* - Obrigado, Deputado Getúlio. Estou num momento feliz aqui, na Assembléia, porque o projeto que institui o Bolsa Verde vem ao encontro de tudo pelo que lutamos neste Parlamento. Neste ano e meio, Deputado Getúlio, V. Exa. tem sido um grande parceiro nessa iniciativa de proteção ao produtor e ao meio ambiente.

Quando o Deputado Roberto Carvalho apresentou esse projeto, fiz questão de participar desde o primeiro momento, apresentar várias sugestões e debater o assunto. Houve debate até em âmbito nacional. Fiz questão de não deixar de participar dos encontros, porque achava fundamental o governo, o poder público colocar recursos à disposição do produtor, principalmente o pequeno, de forma a preservar o meio ambiente, as nossas nascentes.

A partir de agora, com a aprovação desse projeto na Assembléia - e, se Deus quiser, o Governador Aécio Neves irá sancioná-lo, porque ele também teve grande interesse -, acredito que possamos pensar e trabalhar num projeto em que o produtor terá compensações financeiras para proteger as nascentes.

Os recursos ainda não são muitos: R\$1.800.000,00 do Orçamento e aproximadamente R\$6.000.000,00 do Fundo dos Recursos Hídricos - Fhidro. Mas acho que iniciamos uma etapa agora, se Deus quiser, com a sanção do Governador. Assim, no próximo ano e no decorrer dos que se seguirão, poderemos colocar bastante recurso e fazer do Bolsa Verde um projeto modelo de preservação ambiental em Minas Gerais. Obrigado, Getúlio, pelo aparte.

O Deputado Getúlio Neiva - Sou eu quem agradece ao Deputado Antônio Carlos Arantes, que tem discutido conosco, na Comissão de Política Agropecuária, esse assunto de que é profundo conhecedor. O Deputado Roberto Carvalho teve uma iniciativa louvável, e conseguimos a aprovação, em Plenário, desse projeto de lei, que certamente o Governador vai sancionar. Os recursos são realmente parcos, especialmente os

do Fhidro, fundo criado por esta Assembléia e que, lamentavelmente, não tem sido aplicado até agora. Entretanto, com o Bolsa Verde, talvez tenhamos a chance de iniciar o processo de dar suporte ao pequeno produtor rural para a proteção das nascentes em todo o território mineiro. É um projeto muito importante, e ocupamos este microfone para fazer uma homenagem ao Deputado Roberto Carvalho, que realmente estava certo.

Mas, naturalmente, vamos aproveitar a oportunidade para tecer comentários sobre outros assuntos. Na nossa Teófilo Otôni, a nossa preocupação é exatamente com o período eleitoral, quando as mentiras acontecem em tamanho gigante, em tamanho-família. Mas essa preocupação pode ser diluída se, nesta Casa, com a liberdade que temos em função da imunidade parlamentar de que gozamos, esclarecermos a população sobre alguns aspectos do que se pretende para a nossa cidade: a luta pela implantação da estrada de ferro, da ZPE e da Faculdade de Medicina no câmpus da UFVJM e os cursos levados pelo Governador do Estado, por meio de convênio da Secretaria de Estado, feito a meu pedido, com a UFMG, que está presente ali com quatro cursos. Lembro que Teófilo Otôni é um centro universitário importante de Minas Gerais. De 2001 até hoje, conseguimos implantar, nessa cidade, 62 cursos superiores: da Unipac, do Instituto Doctum e da Unec-Iesfato. Ampliamos a Fenord e levamos para lá a UFMG e a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Essa expansão vai continuar, e vamos ser um pólo universitário ainda mais importante. Mas, às vésperas das eleições, ficamos preocupados com o fato de pessoas tentarem aproveitar-se e demagogicamente levantarem uma bandeira, inexistente e imprecisa, do que é apenas um factóide. Não podemos permitir que isso aconteça. Por isso, Sr. Presidente, esta nossa manifestação.

Também temos uma preocupação, Deputados Domingos Sávio e Bráulio Braz, com o que aconteceu ontem e com o que vai acontecer hoje. Ontem, a Mesa da Casa quase apresentou ao Governador a idéia de vetar a emenda que fizemos ao art. 340, e isso me preocupou muito. O que foi feito realmente foi apenas a mudança de um termo, pois, no texto original, já se autorizava o Tribunal de Justiça de Minas Gerais a criar um setor especial para cuidar exatamente dessa dicotomia que ainda existe na cabeça do povo, na mente dos membros do Ministério Público e, sobretudo, na imprensa, os quais não sabem distinguir o crime de responsabilidade da improbidade administrativa. E a mudança foi singela: em vez de autorizar o Tribunal, determinou-se que ele o fizesse; houve uma determinação de que fosse criado, ao se passar o texto para "o Tribunal criará", em vez de "o Tribunal poderá criar".

Ninguém falou em foro privilegiado; nunca, nem na discussão nem na finalização do projeto nem na sua votação. Ninguém, nenhum Deputado, preocupou-se com a criação de mais um aspecto do chamado foro privilegiado: apenas tratamos de colocar como obrigatório aquilo que era autorizativo. Ora, o Presidente do Tribunal, meu querido Orlando Adão, pecou ao dizer que estamos adentrando os territórios internos do Tribunal para decidir coisas sobre ele. Se existe um Poder que tenta interferir no outro é o Judiciário, que tenta fazer leis em vez de respeitar, democraticamente, a instituição - as Assembléias Legislativas, a Câmara Federal e o Senado da República.

Acho que a coisa está errada e essa crítica não é válida. Perdoe-me, Desembargador Orlando Adão, Presidente do Tribunal de Justiça, mas não é assim que os Poderes se respeitam. Respeitamos, ajudamos e agradecemos o apoio que o Presidente do Tribunal nos deu na nossa luta, sete anos e meio de disputa com essa lei, que não era votada de jeito nenhum, para ampliar a Justiça aos mais pobres do nosso Estado. Conseguimos um belo e bom projeto, exequível do ponto de vista econômico-financeiro. O Estado tem superávit suficiente para ampliar os recursos, para criar várias entrâncias, ampliar varas e comarcas. O Estado tem os recursos necessários para isso.

Na semana passada, tive oportunidade de dizer isso ao próprio Governador, pessoalmente, e pedi-lhe que sua equipe não analisasse o projeto de organização judiciária exclusivamente sob a ótica fiscalista da Secretaria de Fazenda, mas também sob a ótica social. Se estamos crescendo, se Minas Gerais, graças ao trabalho do Governador Aécio Neves, está crescendo mais que o Brasil, se estamos obtendo superávit desde o ano passado - neste ano temos superávit e o teremos no próximo ano -, não é justo que a Justiça fique amarrada e pequenininha no momento em que todos ainda acreditam que ela é o último esteio, a última salvaguarda do cidadão.

É momento de analisar esse aspecto, mas nunca deixando de mostrar, como o Deputado Antônio Júlio, a posição séria desta Casa. Bolsa Verde é bom? É. Aprovamos? Aprovamos. Existe problema? Existe. Teremos de brigar com a Secretaria de Fazenda para que R\$1.800.000,00 previstos sejam efetivamente aplicados, que os recursos do Fhidro sejam aplicados, para haver a execução dessa lei. Não adianta fazer lei que ficará apenas no papel.

A nossa preocupação, Sr. Presidente, é essa tentativa de luta institucional permanecer. Ficamos o ano passado inteiro numa luta intestina entre Poderes, discutindo se o Ministério Público era ou não Poder, se podia ou não fazer isso ou aquilo. E continua fazendo o que bem quer. Por isso a nossa expectativa de o Supremo Tribunal Federal colocar uma pá de cal nesse assunto e definir, de uma vez por todas, definitivamente, se no Brasil vai valer ou não a Constituição Federal, que considera inocentes todas as pessoas processadas cujas denúncias ainda não foram julgadas e transitadas em julgado, o que é mais importante, decorridos todos os aspectos e as possibilidades de recursos que a própria lei nos garante. É uma preocupação nossa, como Deputado e como cidadão.

Agradeço, Sr. Presidente, e penso que a discussão do Projeto de Lei nº 2.267/2008 pode ser paralisada, a não ser que tenhamos aqui algo mais a adicionar, por meio do Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Caro Deputado, gostaria de falar apenas quanto ao encerramento da sua fala, essa preocupação excessiva hoje e essa desorganização jurídica que virou o nosso país, com todo o mundo legislando, todo o mundo determinando, e nós, do Poder Legislativo, aceitando isso com muita passividade.

No que se refere à questão eleitoral hoje, no Brasil, especialmente no nosso Estado, em cada comarca, os Juízes estão determinando como será o processo eleitoral, e o Ministério Público define o que poderá e o que não poderá ser feito, fugindo às regras votadas pelo Congresso Nacional, às vezes, seguindo ou não orientação do TSE, que também passou a legislar.

Pudemos ver, Deputado Getúlio Neiva, ontem, na "Folha de S. Paulo", uma entrevista com o Ministro Gilmar Mendes, que falou com muita clareza e preocupação. O artigo diz: "Mendes vê Estado de 'medo' e pede controle de ações da Polícia Federal". Essa é uma situação que nos aflige muito, porque, na época da ditadura militar, todo governo sabia quem eram seus inimigos. Seus inimigos eram os presos políticos; prendiam quem era contra o governo.

Hoje estamos vivendo uma ditadura piorada, pois estão prendendo aqueles que são inimigos - ou não sei se são ou deixam de ser. Quando o governo quer intervir em alguma atividade, usa a força da polícia, principalmente da Polícia Federal, para agredir as pessoas, as famílias e as instituições. É essa a preocupação, Deputado Getúlio Neiva. V. Exa., que está disputando as eleições em Teófilo Otôni, sabe das dificuldades que estamos vivendo hoje em relação à questão eleitoral. Todo o mundo está legislando, todo o mundo está definindo, todo o mundo está aceitando, e o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas, todas elas, estão cabisbaixos e não querem enfrentar o problema. Essa repercussão do Ministro Gilmar Mendes, do STF é grave, é séria. Ele demonstra a apreensão da maior Corte do País com os abusos que estão acontecendo no Brasil, no nosso Estado, com as ações da Polícia Federal, dizendo que, às vezes, houve erros, mas erros pontuais. É o caso dessa operação em que cometeram absurdos contra os Prefeitos, principalmente contra os do Estado de Minas Gerais, invadindo suas casas às 6 horas, invadindo as Prefeituras à procura de documentos públicos, aos quais qualquer cidadão tem acesso. Realizaram aquela operação, e dizem que foi um caso pontual, um equívoco; mas um equívoco que está trazendo grandes prejuízos ao nosso país, pois se levantaram suspeitas com relação a todos os recursos repassados pelo governo. A não ser que o próprio governo do PT esteja fazendo esse tipo de ação para dizer que não está cumprindo as normas, as rédeas ou o que foi prometido, porque não há recursos, e esteja usando a força da polícia para terem este discurso de que não os está liberando porque a questão está sob intervenção do Tribunal de Contas da União, que também

está legislando. Todo o mundo está legislando. Estamos vivendo esses momentos de medo, como disse o Presidente do STF.

Nós, homens públicos, homens de negócios neste país, não sabemos se amanhã, às 6 horas, seremos acordados pelo jornalista, pelo vendedor de pão ou pela Polícia Federal, que realizará ações sem nenhum embasamento. O que é mais grave, Deputado Getúlio Neiva, é que o Judiciário avaliza isso. Quando uma Juíza Federal emite um mandado de busca e apreensão sem analisar se há embasamento para isso, sem analisar as consequências para as famílias, ela também é responsável. Então, essa é a preocupação, como V. Exa. disse muito bem. Precisamos ter a ousadia de enfrentar o problema. Nós, que somos homens públicos, que temos um mandato, não devemos ter medo de falar da Polícia Federal, do Ministério Público, do Judiciário, principalmente em relação a seus excessos. E está havendo excessos, pois falta neste país autoridade. Vivemos num sistema presidencialista, em que o nosso Presidente até hoje não mostrou autoridade em relação a esses abusos ocorridos, e não sei se é até para atender a interesses jornalísticos de alguma empresa. A ação da polícia é toda gravada, e ela sabe mais que o governo. O Ministro diz uma coisa, e o Ministro da Justiça, Tarso Genro, está dizendo outra totalmente diferente. Até acredito que ele esteja organizando essas ações; não sei se é para desgastar o governo ou as instituições, mas isso está acontecendo. Estamos vivendo um estado de medo, como disse, Deputado Getúlio Neiva, muito mais grave que na ditadura. Na ditadura, quando fazíamos oposição ao governo, sabíamos que poderíamos ser presos e torturados, mas porque éramos contra o governo, éramos presos políticos. Mas hoje não, pois, se uma pessoa deve alguma coisa, cometeu um crime, antes de tudo, ela já está em todos os jornais nacionais, em toda a imprensa nacional como se bandido fosse, às vezes sem saber o que está acontecendo. É com isso que o Ministro está preocupado, e é isso que nos preocupa, Deputado Getúlio Neiva.

Infelizmente, V. Exa. nos deixará em breve para assumir a Prefeitura de Teófilo Ottoni, e registro que tem tido um comportamento diferenciado. Seria preciso que outros Deputados levantassem sua voz, principalmente no Congresso Nacional, que tem até reagido um pouco, como no caso da CPI dos Grampos. Eles convocaram um Delegado que fez toda aquela pirotecnia em nome da Polícia Federal. Agora estão chegando à conclusão de que não houve nada daquilo que se propôs e, principalmente, do que foi noticiado. Não estão conseguindo apurar nada. Falamos de grampo, Deputado Getúlio Neiva, o que é muito grave. Denunciamos aqui, há oito meses, o grampo que o Ministério Público faz no Estado, lá no prédio da Procuradoria, e nenhuma providência foi tomada pelo Parlamento. Lá eles mantêm uma central de grampos onde grampeiam e monitoram todos os homens que querem, principalmente os públicos. E que atitude foi tomada? Nenhuma.

Estão discutindo a questão dos grampos no Congresso Nacional, a qual precisa ser regulamentada, mas isso está acontecendo depois que perderam o controle - hoje qualquer cidadão, qualquer detetive particular tem condições de fazer grampo e monitorar qualquer cidadão do nosso país. Portanto, o Congresso Nacional, a Assembléia Legislativa precisam assumir seu papel de legislar.

Estamos acompanhando agora o julgamento daquela ação, Deputado, lá no STF, relativa às pessoas que têm algum processo e, mesmo que a sentença não tenha transitado em julgado, estão impedidas, de acordo com a Associação Brasileira de Magistrados, de disputar a eleição. Isso está sendo discutido e é um absurdo. A pessoa, muitas vezes, é alvo de um processo, principalmente nós, homens públicos, que enfrentamos qualquer tipo de ação do Ministério Público sem nenhum embasamento e aceita pelo Judiciário. Infelizmente, o Judiciário de primeira instância aceita as ponderações do Ministério Público, que indicia, denuncia e condena as pessoas. Elas, então, ficam fadadas a nunca mais poder disputar uma eleição porque alguém quis fazer uma denúncia. Preocupamo-nos com isso, Deputado, pois as pessoas de bem deste país vão deixar de disputar eleições. Se estão querendo fazer isso para melhorar o nível, digo que piorará - e muito -, uma vez que essas pessoas não aceitarão esse jogo.

O seu pronunciamento, Deputado Getúlio Neiva, é da maior importância, e queríamos que todos os Deputados e os que nos estão ouvindo pela televisão vissem na "Folha de S. Paulo" a reportagem do Ministro Gilmar Mendes, Presidente do STF. É algo que assusta a qualquer um de nós pela clareza com que expõe. Estamos fazendo uma comparação a partir de sua fala e relacionando a ditadura militar com a ditadura imposta em Minas e no Brasil, hoje. Precisamos descobrir quem está determinando esse tipo de ação em que as pessoas são condenadas antes de qualquer indiciamento e julgamento. Deixamos aqui esta fala, Deputado, e complementamos o que V. Exa. disse para mostrar nossa indignação e fazer uma reflexão sobre essa fala de uma das maiores autoridades do Judiciário, o Ministro Gilmar Mendes, que tem merecido a maior consideração de minha parte, pois tem mostrado ser um homem correto, de visão, que não aceita abusos, sobretudo de autoridade.

O Deputado Getúlio Neiva - Agradeço o aparte, Deputado Antônio Júlio. Ontem, fazia alusão a esse aspecto, ao falarem de vida pregressa. Agora temos que refletir sobre o que é vida pregressa. O indivíduo tem currículo ou folha corrida? O que é mais importante na vida do cidadão? O Deputado, o Prefeito, o Vereador têm que ter o quê? Na verdade, a vida pregressa se transformou no mais importante. Ontem dizia, Deputado Antônio Júlio, que, se vida pregressa, com processo ou inquérito aberto contra a autoridade - Prefeito, Vereador, etc. -, tivesse algum valor, o próprio Ministro Tarso Genro deveria pedir demissão ou ser demitido, pois contra ele existem 17 processos. Basta acessar os "sites" do STF e do Tribunal de Justiça para vermos as pessoas que estão sendo processadas no Brasil e em Minas Gerais. Veremos lá, de forma muito clara, que o Ministro Gilmar Mendes não poderia ser Presidente do STF, pois também tem processos. A Marta Suplicy tem processo. Não existe um só Ministro do governo Lula que não tenha processo. O próprio Presidente Lula tem processo. Então, quem tem vida pregressa com processo não pode assumir cargo? Temos de demitir todo mundo. É isso o que a imprensa e o Ministério Público querem? Eleger os futuros dirigentes e representantes do povo deste país? É acabar com a eleição e dizerem quem são as pessoas que podem exercer os mandatos? Já assistimos a esse filme. Quando eu disse aqui, antes do encerramento do primeiro semestre, que estava preocupado com a crise institucional, é porque vivi, como o Deputado Antônio Júlio viveu, nos porões da ditadura. Assumimos cara a cara a briga com os militares. Fomos presos e levamos tiros, levamos baioneta na cara, fomos detidos. Sabemos o que é ditadura. A atual geração não sabe o que é ditadura. Eles não conhecem a ditadura, o risco que estamos correndo com esta insatisfação generalizada das instituições, este vácuo jurídico deixado pela Constituição de 1988, que não foi preenchido, com dezenas e dezenas de artigos e capítulos não regulamentados. Ainda se permite que o Judiciário faça lei, que o Ministério Público faça lei, que a Polícia Federal faça lei, que resolução de tribunal eleitoral valha mais do que a Constituição Federal - como está valendo.

Hoje vim à tribuna exatamente para ressaltar este aspecto: a reunião que está havendo hoje, no STF, para definir se o que vale é a Constituição Federal ou as resoluções dos tribunais regionais eleitorais ou mesmo a intenção e a vontade dos Promotores de Justiça de não permitir que ninguém seja candidato. Para eles, é interessante que eles sejam os Vereadores, eles sejam os Prefeitos, eles sejam os Deputados. Podíamos, então, como disse o Deputado Antônio Júlio, várias vezes, nesta tribuna, fechar esta Casa e entregar o poder para o Ministério Público, entregar o poder para a Polícia Federal. Não vamos ter democracia, vamos acabar com esta ilusão, que todos nós temos, de que a democracia é o melhor regime do mundo - porque é difícil, mas é o melhor. Vamos acabar com esta ilusão. O Deputado Antônio Júlio, a quem passo a palavra, tem razão.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Sr. Deputado, aproveitando o que V. Exa. disse sobre o processo eleitoral, eu queria fazer uma outra denúncia a respeito do que está acontecendo no processo. Atendendo a solicitação não sei de quem, alguns Prefeitos, principalmente os ex-Prefeitos que, por qualquer motivo, têm alguma ação tramitando, foram impugnados pelo Ministério Público, e o Juiz de primeira instância geralmente manda anexar o nome no "site" do TSE. Sabem o que está acontecendo? A Oposição está buscando isso no "site". "Deputado Getúlio Neiva impugnado": a página é impressa e distribuída como se o Deputado Getúlio Neiva realmente estivesse impedido de disputar a eleição, porque está impugnado. O TSE está fazendo o trabalho da Oposição.

A Justiça Eleitoral precisa ser revista, Deputado Getúlio Neiva. Será que, algum dia, o Congresso Nacional ou nós mesmos procuramos saber quanto custa a Justiça Eleitoral neste país? Uma Justiça específica para cuidar do processo eleitoral e que demora cinco, seis, sete anos para fazer o julgamento de um processo eleitoral. Uma Justiça que recebe impugnação de alguns candidatos, o que será analisado somente no final do mandato. Será que não temos a capacidade de verificar se podemos aceitar esse tipo de tribunal? Será que não temos capacidade de discutir com a sociedade quanto custa o Tribunal Eleitoral? Discute-se muito a Assembléia Legislativa, porque é transparente. Aqui todo mundo sabe quanto ganha um Deputado, quanto ganha um funcionário.

O Deputado Getúlio Neiva - O mais importante, Deputado, são as portas abertas, escancaradas para a população assistir a tudo o que fazemos e falamos. Não temos gabinete reservado e fechado para decidir o que queremos. Temos a Casa completamente aberta, com a imprensa em cima, de lado, em baixo, espalhada por todos os lugares, para assistir a tudo o que fazemos. E somos considerados "personae non gratae" na imprensa mineira.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Só para complementar e fazer um bate-bola, Deputado, o TSE decidiu que o mandato partidário é do partido. Não é isso?

O Deputado Getúlio Neiva - É isso.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Então, Vereadores que mudaram de partido dentro de uma regra lá definida perderiam o mandato.

A pessoa perde o mandato, mas o mandato não é do partido. O partido pode pedir, mas quem assume, se houver coligação, é o candidato da coligação, indiferentemente do partido. Olha a anarquia que estamos vivendo. Será que não sabem como é o processo eleitoral neste país? Será que até hoje não aprenderam que vivemos das malditas coligações? Não deveria haver coligação. Tiraram o mandato de vários Vereadores, mas o mandato não é do partido; por isso, assume o candidato de outro partido. Então, mesmo o partido tendo pedido aquela vaga, por infidelidade partidária, não tem o direito à vaga. Tem direito aquele que participou da coligação, indiferentemente do partido em que está, principalmente se não for do partido que requisitou a vaga.

Acho que estamos vivendo uma anarquia jurídica e temos denunciado isso. Estamos vivendo uma insegurança jurídica terrível neste país, onde todo o mundo faz tudo e ninguém assume nada, e vamos aceitando as coisas acontecerem. Então, Presidente Deputado Ronaldo Magalhães, proponho que as Assembléias comecem a discutir o custo de um TRE. Quanto custa isso? Uma eleição custa R\$800.000.000,00. Isso só a eleição. E o custo para manter toda essa estrutura, que tem uma atividade realmente mais dura somente de dois em dois anos? Esperamos que isso acabe também, porque não é possível o Brasil parar de dois em dois anos para disputar eleições.

Queria aproveitar esse "gancho" para lembrar que o TSE está fornecendo documentos para as Oposições, dizendo que o candidato, de acordo com o TSE, está impugnado, enquanto o processo está em andamento.

O Deputado Getúlio Neiva - Como estamos em um processo de discussão bem fraterno, gostaria, Deputado Antônio Júlio, de fazer uma intervenção para corroborar exatamente isso que V. Exa. diz. Na minha cidade, Teófilo Otôni, a Prefeita Maria José foi impugnada. Eu também fui impugnado. Um terceiro candidato, Eduardo Tomich, não foi impugnado. Mas vejam que coisa interessante. Esse candidato que não foi impugnado tem dois processos em andamento e não foi impugnado. Ele tem cinco processos já vencidos na sua história política, mas está batendo no peito pelos quatro cantos da cidade dizendo que é o único candidato que não tem processo, que os outros dois têm, como se isso fosse crime. Nós temos processo, temos inquérito, mas na frente vamos ver se somos culpados ou não. Está usando o fato de que foi publicada a impugnação que o Juiz de primeira instância negou, mas o Ministério Público recorre para segunda entrância. Temos ali um candidato que tem 5% das intenções de voto vangloriando-se de que é o único honesto. Na sua publicidade aparece: "Honestidade em primeiro lugar, honestidade é mais importante". Diz isso como se os outros candidatos fossem corruptos.

É isso o que me preocupa. Nós trabalhamos o ano inteiro nesta Casa e não temos medo de enfrentar nenhum tipo de poder. Este é um Poder que tem de tentar ajudar a fazer os outros Poderes funcionar harmonicamente. Temos que ver que existe esse vácuo jurídico, e a culpa não é apenas nossa. Acho que a nossa culpa é parcial, porque os Deputados Federais, infelizmente, nem na revisão constitucional que ocorreu em 1993 conseguiram colocar na pauta, discutir e aprovar todas as leis que poderiam regulamentar aquelas centenas de dispositivos que estavam na Constituição de 1988 e que até hoje não foram regulamentadas. Essa brecha jurídica é que está permitindo que órgãos do governo, do Executivo, como o Ministério Público e a Polícia Federal, façam leis e que o Tribunal Eleitoral, que é um tribunal que deve funcionar somente para eleições, dite normas legais, crie legislações eleitorais passando por cima da Constituição Federal. Esse aspecto me preocupa. V. Exa. bateu no ponto a que eu queria chegar.

Estão usando o Ministério Público, o "site" do TRE para levar vantagem política, determinando a desigualdade do pleito. A grande regra a ser usada é combater a desigualdade. Todos os candidatos devem ter as mesmas possibilidades de discutir com a população, para que ela saiba o que estão propondo. Preocupa-me muito, Deputado Antônio Júlio, essa questão. Não é pelo fato de estar no barco dos demais Prefeitos e Vereadores. O que me preocupa são as características interessantes desses fatos aberrantes que estão mostrando, de forma clara, a crise institucional que vive o nosso país. A preocupação mais profunda é que, se ela não for debelada, discutida, se não a enfrentarmos, as próximas gerações deste país vão sofrer, e muito mais ainda, pois prevalecerá a filosofia do escritor Marshall McLuhan, na década de 70, sobre a internacionalização dos interesses, ou mesmo George Orwell, com o seu "Grande Irmão". Estamos virando o país do "Big Brother". Todos estão vigiados. Para fazer amor agora, não pode ser no motel, pois ele está vigiado. Em todos os lugares estamos vigiados, grampeados. O meu telefone, assim como o seu, está grampeado.

O pior, Deputado Antônio Júlio, é que o próprio governo não sabe como controlar essa questão. O Presidente Lula está tentando aprovar rapidamente uma lei de controle do grampo antes de terminar a CPI dos Grampos. Isso porque ela vai mostrar onde estão os crimes dos grampos não autorizados ou autorizados de forma ilegal pela própria Justiça. A CPI está terminando, e estão atropelando-a, mandando um projeto de lei para regular o grampo. Que coisa mais espetacular! Vamos regulamentar o grampo, torná-lo legal. As pessoas poderão ser investigadas. Vão pôr na lei quem pode ser investigado, quem pode ter o telefone grampeado, quem pode ter a casa vigiada. Teremos escuta interna, localizada. Pode-se pôr grampo na sua casa, no seu quarto, no motel ou em qualquer lugar para vigiar a vida das pessoas. Este país virará o "Big Brother".

Não estou entendendo o que está acontecendo, por que as pessoas não estão reagindo e por que a imprensa está sendo tão servil, por que ela não descobriu ainda aonde isso levará. Será que ela entrará naquela de fazer a campanha do ouro para o bem do Brasil e pôr o dinheiro no bolso de novo, como fez na época da ditadura? Naquela época, a imprensa mineira, as várias emissoras fizeram uma campanha nacional de "ouro para o bem do Brasil". As senhoras davam até os seus brincos, suas alianças de casamento, seus colares para o bem do Brasil. Ninguém sabe onde esse ouro foi parar, até hoje. Ninguém sabe. Será que a imprensa quer ser conivente com a implantação de um novo regime ditatorial no Brasil? Será que não entende que, com a ditadura, não há imprensa? Será que não entende que ela deixa de existir, se isso acontecer?

A minha preocupação, Deputado Antônio Júlio, é institucional, de um cidadão brasileiro que já viveu sob o tacão impiedoso da ditadura, já sofreu nos porões dela, assim como V. Exa., e não quero que os meus filhos, meus possíveis netos, os filhos dos meus amigos venham a viver o mesmo regime de exceção que vivemos por mais de 20 anos neste país.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Para encerrar a sua fala, citarei o pronunciamento do Ministro Gilmar Mendes, que se encaixará perfeitamente na sua conclusão. Ele diz assim: "O Estado de Direito não deve ter soberania. (...) Não há na história do mundo qualquer exemplo de país que tenha preservado a democracia transformando a polícia em poder. Onde a polícia se transformou em poder, a democracia feneceu". Essas são as palavras do Ministro do STF. Essa é a preocupação que estamos tendo. Estão dando poder demais a quem não tem. Isso pode ser um grave erro. Podemos perder, Deputado Getúlio Neiva, o que mais defendemos: a nossa democracia, a nossa liberdade. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - A liberdade não tem preço. O preço dela é a eterna vigiância.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 11/8/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Ruy Muniz

exonerando Miriam Davite Silva do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;

exonerando Sheila Mendes Brandão do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Aristóteles Mendes Ruas para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

nomeando Isabela Mattos Araújo para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando Miriam Davite Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

nomeando Sheila Mendes Brandão para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas.

Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando Elton Cesar Prates do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 4 horas;

exonerando Vitor Vinicius da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Damares Martins Matias Prates para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 4 horas;

nomeando Fátima Lourdes Assis Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Eduardo de Souza Veloso para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Walter da Rocha Tosta, matrícula 15.262-5, no período de 4 a 6/8/2008.

Mesa da Assembléia, 8 de agosto de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 26/8/2008, às 14h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço, tendo como finalidade a contratação de empresa para fornecimento e instalação de cortinas.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, por meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, em 27/8/2008, às 14h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de fitas betacam.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Constel - Consultoria em Telecomunicações e Serviços Ltda. Objeto: consultoria em telecomunicações. Dotação orçamentária: 3.3.90.35. Vigência: 12 meses improrrogáveis, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, art. 25, II, c/c o art.13, III, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONVÊNIO

Primeira convenente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda convenente: Câmara Municipal de Paracatu. Objeto: apoio técnico-pedagógico da ALMG, por meio da Escola do Legislativo, para a implementação e funcionamento de uma câmara-escola. Vigência: 1 ano a partir de sua assinatura, prorrogável na forma da lei.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 12/8/2008, pág. 63, col. 1, onde se lê:

"Marcelo de Souza Oliveira", leia-se:

"Marcelo José de Oliveira".